



## O DILEMA DA QUALIDADE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

### THE DILEMMA OF THE QUALITY OF BRAZILIAN DEMOCRACY

Fábio Hoffmann<sup>1</sup>

Paulo Roberto dos Santos Mendonça<sup>2</sup>

#### Resumo

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise da qualidade da democracia brasileira. Para isso, se destaca a importância da compreensão do legado ibérico para o entendimento da cidadania brasileira. Ele projeta a formação desta cidadania nesse contexto, assim como a evolução dos momentos de participação de massa em ações de protesto político, argumenta que a pouca confiança social e institucional, aliada às transformações nos valores têm gerado cidadãos mais críticos, que anseiam e demandam por maior qualidade democrática. Este trabalho tem como base empírica dados longitudinais do Latinobarômetro (1995 - 2017) e do World Values Surveys (ondas 1989 - 1993, 2005 - 2009 e 2010 - 2014) e é orientado pela premissa de haver um crescente déficit democrático, e que é por vezes revelado no contraste entre a adesão ao regime e a satisfação com seu desempenho, ou seja, baixos níveis de confiança nas principais instituições Políticas e baixa avaliação dos principais serviços públicos ofertados pela democracia brasileira.

**Palavras-chave:** Democracia brasileira; Legado ibérico; Confiança; Déficit democrático.

#### Abstract

The objective of this work is to analyze the quality of Brazilian democracy. For this, the importance of understanding the Iberian legacy for the understanding of Brazilian citizenship is highlighted. It projects the formation of this citizenship in this context, as well as the evolution of moments of mass participation in actions of political protest, argues that the lack of social and institutional trust, coupled with transformations in values has generated more critical citizens, who crave and demand for greater democratic quality. This work is based on longitudinal data from the Latinobarometer (1995 - 2017) and the World Values Surveys (waves 1989 - 1993, 2005 - 2009 and 2010 - 2014) and is guided by the premise that there is a growing democratic deficit, sometimes revealed in the contrast between the adherence to the regime and the satisfaction with its performance, that is, low levels of confidence in the main political institutions and low evaluation of the main public services offered by the Brazilian democracy.

**Keywords:** Brazilian democracy; Iberian legacy; Confidence; Democratic deficit.

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Especialista em Marketing, Direito Eleitoral e Partidário pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Bacharel em Ciência Política pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). E-mail: molahms@gmail.com

<sup>2</sup> Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Graduado em Relações Internacionais e Integração pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: paulo.rdsm@gmail.com



## **1. Introdução**

O debate contemporâneo sobre a qualidade das democracias, tanto as consolidadas como as estabelecidas na terceira onda (HUNTINGTON, 1994; MARKOFF, 1996) – o caso do Brasil – tem enfatizado os baixos níveis de capital social (PUTNAM, 2000), o declínio da confiança institucional (NORRIS, 1999; CATTERBERG; MORENO, 2006; MOISÉS; CARNEIRO, 2008; RIBEIRO, 2011; CASTELLS 2016) e até mesmo um processo inicial de desconexão por parte dos mais jovens no apoio à democracia (FOA; MOUNK, 2016, 2017). Alguns críticos, no entanto, sustentam que o capital social não está em declínio, mas apenas mudando de natureza, ou seja, do capital social de tipo “vinculante” para um capital social de tipo “ponte”, onde este se tornaria cada vez mais uma questão de escolha autônoma (INGLEHART; WELZEL, 2009). Argumentam ainda que o fenômeno da modernização socioeconômica advinda concomitantemente com o processo de globalização tem gerado cidadãos mais críticos, ou seja, com habilidades sofisticadas de cidadania eles tornam-se mais receptivos ao noticiário negativo e avaliam de forma negativa as ações do governo ao mesmo tempo em que mantém o apoio ao regime (NORRIS, 1999, 2011).

Paralelamente a esse debate, o caso brasileiro tem sido acompanhado por especialistas que tem denunciado um crescente contraste entre adesão ao regime e a satisfação com seu funcionamento (MOISÉS, 2013; MENEGUELLO, 2013; HOFFMANN; SANTOS, 2016). A desconfiança nas Instituições Políticas da democracia brasileira e seus reflexos sobre a qualidade do regime também tem sido analisada por Baquero (2013) e Ribeiro (2011). Há um consenso cada vez maior sobre a limitação explicativa das análises institucionalistas sobre o desempenho da democracia. O papel da cultura política, nesse sentido, tem sido estudar, pesquisar e ressaltar elementos de análise da democracia que ultrapasse as variáveis procedimentais.

No caso do Brasil, traços da formação do Estado e da sociedade, as atitudes, inclinações e percepções são destacados como determinantes para o desenvolvimento da cidadania, da mobilização política e, por fim, da qualidade da democracia. Este trabalho tem por objetivo trazer a importância da compreensão do legado ibérico para o desenvolvimento da cidadania e participação política no Brasil, além de argumentar que a pressão pela qualidade do regime democrático tem aumentado com o suceder dos governos ao que Markoff (2013), chamou de “grande desilusão”, a frustração a reboque do sentimento de que com a transição para democracia este regime resolveria grande parte dos problemas da sociedade.

Essa demanda por qualidade tem sido expressa, principalmente, através dos baixos índices de confiança nas principais instituições políticas e uma avaliação negativa em relação aos serviços por estas prestados. Serviços básicos como saúde, educação e segurança estão muito aquém da amplitude das aspirações e demandas populares, havendo, portanto, uma incompatibilização entre a oferta de serviços democráticos e uma percepção, cada vez mais negativa por parte dos cidadãos de seus resultados.

O artigo está estruturado seguinte forma: primeiro é feita uma breve descrição e análise da formação do Estado e da sociedade no Brasil, e as suas consequências para o desenvolvimento da cidadania, da participação e da confiança social e institucional, além de destacar que há uma evolução nos valores que deve ser considerada; em seguida trata-se do



déficit da democracia, onde verificamos a avaliação do brasileiro sobre os principais serviços públicos; e por fim, a conclusão traz a direção dos resultados do trabalho, e aponta para novos desafios ao se pesquisar a qualidade da democracia, um tema ainda muito controverso mesmo na agenda de pesquisa da cultura política.

A base empírica do trabalho se utiliza de dados de séries temporais do Consórcio Latinobarômetro<sup>3</sup> (1995 - 2017) e do World Values Survey<sup>4</sup> (ondas 1989 - 1993, 2005 - 2009 e 2010 - 2014). A hipótese que orienta o trabalho é a de que não somente o legado iberista que, ao formar uma cidadania ainda tutelada, pouco participativa e com baixa confiança social e institucional, explica a baixa qualidade da democracia brasileira, mas também a evolução nos valores, em que as aspirações democráticas se renovam e as demandas sociais se avolumam.

## **2. O legado ibérico**

Para entender as implicações contidas na caracterização da sociedade brasileira e os valores verticais que se refletem na formação da cidadania, é preciso compreender que o aparecimento e a formação do Brasil fora obra da política de expansão marítima da coroa portuguesa que, com sua voraz política econômica mercantilista, buscava novas rotas comerciais, além de metais preciosos, por esse motivo, “o descobridor, antes de ver a terra, antes de estudar as gentes, antes de sentir a presença da religião, queria saber de ouro e prata” (FAORO, 2012, p.117). Portanto, o Brasil, diferentemente das colônias de povoamento norte americanas, fora colônia de exploração.

A distribuição de terras para grandes extensões de lavoura, a necessidade de uma abundante mão-de-obra fizeram da escravidão a resposta econômica mais lógica em um cenário internacional de mercantilismo acirrado. Nesse contexto é que se deu a formação do Estado brasileiro, “instituído e construído a partir de um modelo importado, configurou-se como uma entidade anterior, forte e robusta, que foi, paulatinamente, amalgamando a sociedade, e esta, por sua vez, foi dinamizando-o” (SANTOS, 2013, p.14).

O Estado forma a sociedade, que emerge, por sua vez, completamente leniente desse processo. Os valores verticais são a marca da sociedade brasileira: ausência de associativismo, pouco espírito público, ínfimos índices de capital social e baixo empoderamento<sup>5</sup>. Como destaca Darcy Ribeiro, “nunca houve aqui um conceito de povo, englobando todos os trabalhadores e atribuindo-lhes direitos” (RIBEIRO, 2006, p.404).

---

<sup>3</sup> A Corporação Latinobarômetro é uma ONG com sede na cidade de Santiago, no Chile, que investiga o desenvolvimento da democracia, da economia e da sociedade como um todo em países da América Latina, usando para isso indicadores que medem as atitudes públicas, valores e comportamentos.

<sup>4</sup> O WVS é uma grande investigação sobre mudanças sócio-culturais e políticas, levada a cabo por uma ampla gama de cientistas, seu presidente de honra Ronald Inglehart foi um dos fundadores na década de 80. Hoje, as pesquisas da WVS produzem dados representativos de mais de 80% da população mundial. A técnica empregada é a da análise descritiva simples, disposta sobre gráficos e tabelas que mostram a evolução das medidas propostas sobre a série temporal.

<sup>5</sup> O empoderamento pode ocorrer no âmbito individual, organizacional ou na sociedade (Wallerstein & Bernstein, 1994), e se justifica quando há uma consciência de si, e a partir dessa consciência geram uma crítica de sua situação, partindo para a terceira etapa que é a da ação, ou seja, buscam transformar suas condições sociais (Baquero, 2013; Santos, 2013).



Assim, na análise de Simon Schwartzman (1982), o neopatrimonialismo aparece como característica-chave de poder de mando sobre a sociedade moderna, sendo não somente

uma forma de sobrevivência de estruturas tradicionais em sociedades contemporâneas, mas uma forma bastante atual de dominação política por um ‘estrato social sem propriedades e que não tem honra social por mérito próprio’, ou seja, pela burocracia e a chamada ‘classe política’ (SCHWARTZMAN, 1982, p. 45-6).

O Estado sob esse domínio neopatrimonial jamais transfere poder para a sociedade e, nem a sociedade para o indivíduo, que é o resultado dessa perversa lógica, não sabendo diferenciar com clareza, em sua trajetória, os domínios do público e do privado. A “coisa” pública é entendida sempre como não sendo de ninguém, sendo somente e apenas o governo quem dela deve cuidar. Como sustenta Almeida (2007), o brasileiro tem valores bem consolidados que apoiam o jeitinho brasileiro, são familistas, hierarquistas, patrimonialistas, fatalistas, além de estatistas e autoritários.

Isso explica o motivo de as três Instituições que possuem os maiores índices de confiança por parte dos brasileiros, serem, os bombeiros, a igreja e as forças armadas. São instituições altamente hierarquizadas, que trazem consigo a ideia de “salvação”, “fatalismo” e de que estão acima dos interesses mais mesquinhos trazidos pela política do dia a dia. Historicamente as forças armadas<sup>6</sup> construíram uma ideologia nesse sentido, a de ser a fiadora da democracia e a salvadora da pátria em tempos de crise.

Essa análise mostra o peso que a herança ibérica traz para o entendimento da sociedade brasileira contemporânea e, além de destacar a questão da formação da sociedade brasileira a partir do Estado, outro fator importante a ressaltar é o da tradição religiosa, também muito presente na formação da sociedade. Nesse enfoque analítico, as “histórias coloniais” de uma nação e sua “tradição religiosa” são dois fatores particularmente importantes tanto na formação, transformação e perpetuação de valores que uma determinada sociedade carrega consigo.

Historicamente, as instituições religiosas protestantes ajudam a promover o que Weber (1981) denominou de “ética protestante”. Baseados na tradição do trabalho, família e religião, os protestantes além de promover o que o autor denominou de os “alicerces” do capitalismo, também contribuíram para desenvolver níveis elevados de confiança interpessoal e um alto grau de pluralismo cultural, todos esses fatores concorreram para que a industrialização tenha “ocorrido nos países protestantes mais cedo do que no restante do mundo” (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 99).

Já em nações de tradição católica como a brasileira, ao contrário, o impulso de aquisição sempre fora condenado, a busca de uma vida mais tranquila sempre fora o principal alvo das

---

<sup>6</sup> Segundo Everton Rodrigo Santos (2010), em sua formação, as forças armadas buscaram se colocar para a sociedade como uma instituição de concepção neutra. No entanto, após o surgimento da Escola Superior de Guerra (ESG), com uma Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elas se puseram a buscar resoluções para os problemas de desenvolvimento do Brasil, e isso fez também com que se constituíssem “num *locus* de produção e recepção de formas simbólicas de tipo ideológico” Santos, 2010, p.129). Qualquer crise que haja com a democracia, esta instituição ainda é cogitada para a “salvação” da nação.

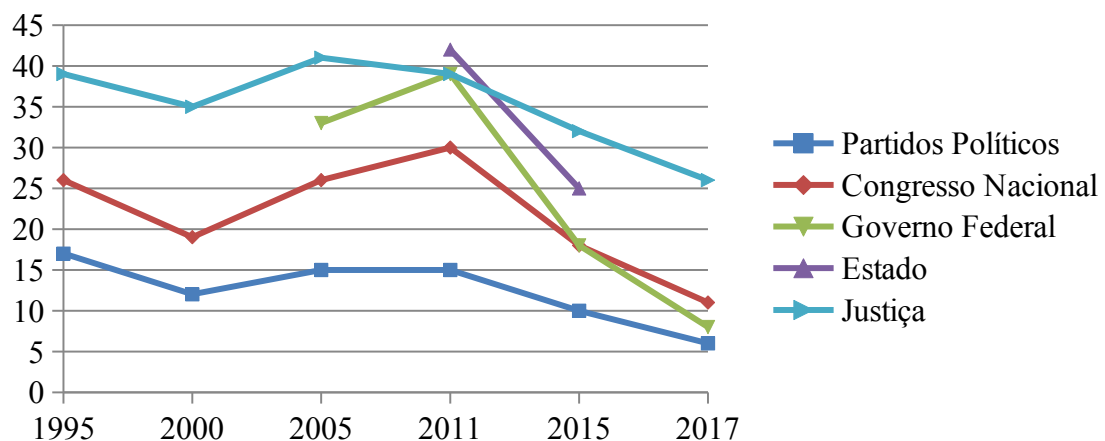


atenções do católico, como distingue Max Weber em referência ao provérbio “coma ou durma bem”, “o protestante prefere saciar-se, e o católico dormir sem ser perturbado” (WEBER, 1981, p. 23). Mas não é só o desenvolvimento econômico que a tradição religiosa católica mina, ela também impede o desenvolvimento dos laços sociais horizontais, por se apresentar sempre de forma hierarquicamente vertical, e altamente centralizada.

Dessa forma, no Brasil, o Estado e o Catolicismo se constituíram em forças importantes que moldaram a forma como a sociedade hoje se apresenta, inerte, com pouco espírito associativista, com baixos níveis de confiança social, cooperação e solidariedade. Todos esses fatores permanecem como causas explicativas importantes dos elevados níveis de autoritarismo e baixo espírito público brasileiro.

No gráfico 1, com dados do Latinobarômetro da série temporal, chegando à 2017, constatamos a força que o autoritarismo perpetua junto ao conjunto de crenças do cidadão brasileiro (mesmo com uma importante evolução), pois apesar do apoio dado à democracia ser maior percentualmente, como aqueles que entendem que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo (43%), não podemos deixar de ressaltar que aqueles que em algumas situações preferem um governo autoritário a um governo democrático (17%) somados aos que são indiferentes quanto à natureza do regime (26%), denotam atitudes de autoritarismo e ambivalência, e isso traz implicações consideráveis em relação à permanência de tradições culturais autoritárias no regime democrático brasileiro.

Gráfico 1  
Apoio à democracia



Fonte: Latinobarômetro (surveys 1995, 2000, 2005, 2011, 2015 e 2017).

O Gráfico mostra a direção das respostas em relação ao apoio à democracia, onde os dados da coluna expressam a porcentagem e, as linhas, a série temporal. Neste gráfico foram ignoradas duas possíveis respostas ao questionário “não sabe” e “não responderam” por não acarretarem maiores implicações à análise dos dados.



Mesmo não apresentando risco à democracia no curto prazo, os dados da pesquisa do Latinobarômetro corroboram as teses de Inglehart e Welzel (2009) que, embora haja uma prosperidade econômica que acarrete em substituição de certos valores,

diferentes sociedades seguem diferentes trajetórias mesmo quando sujeitas às mesmas formas de modernização, uma vez que fatores específicos de cada situação, tal como a herança cultural de uma determinada sociedade, também moldam o desenvolvimento de uma sociedade específica (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 42).

Dessa forma, mesmo que ocorra a transferência de valores autoritários para valores mais democráticos, essa mudança se dará de forma lenta, tendo como combustível as experiências práticas sentidas pelos cidadãos no dia a dia com os resultados da democracia. Essa mudança de valores também não anula, no futuro, o fato de a sociedade brasileira continuar apresentando níveis baixos de confiança social e participação política, características que estão inversa e intimamente ligadas a um desenvolvimento mais consistente e mais qualitativo em nações mais prósperas. Todas estas características presentes na sociedade brasileira formaram um ambiente nada receptivo para o desenvolvimento da cidadania brasileira, a qual ainda encontra muitos obstáculos para se estabelecer plenamente.

## 2.1 A cidadania brasileira

A cidadania brasileira só pode ser mais bem compreendida dentro do quadro analítico esboçado acima, pois ela não é obra de uma luta por direitos da sociedade frente ao ente jurídico mais forte que é o Estado, mas a partir deste lhe é delegada. Carvalho (1996) descreve a situação do brasileiro frente aos seus direitos como “estadania”, pois é o Estado quem detém a primazia de estruturar vida social, ao contrário de outras experiências europeias quando aconteceu exatamente o oposto, ou seja, a sociedade civil é quem organizou o Estado. Dessa forma, a cidadania brasileira nasce pelo estado e dele passa a depender para se desenvolver.

Na chamada Era Vargas, por exemplo, houve um espantoso avanço dos direitos sociais, com a implantação das leis trabalhistas através da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Cabe notar, no entanto, que todo o movimento operariado com direito à greve foi controlado pelo Estado, através dos diversos mecanismos de cooptação (“sindicalismo pelego”) e uma vez que as chamadas atividades “vitais” não podiam parar por causa da greve. Marshall (1967) descrevera que em países de democracia consolidada a sequencia seguiu a ordem em direitos civis, direitos políticos e direitos sociais. No Brasil, no entanto, apesar de todo o progresso em leis sociais criadas nessa época o resultado foi ambíguo, pois que segundo Carvalho (2013), os trabalhadores foram incorporados à sociedade por ampliação das leis sociais, mas não tinham ação sindical e política independente, pois as leis de 1939 e 1943 proibiam greves e eles não tinham o direito ao voto (direitos políticos).

A partir de 1945 abriu-se caminho para os direitos políticos e a consolidação dos direitos sociais da Era Vargas foi garantida, a liberdade de expressão ganhou forma com o surgimento e fortalecimento dos jornais. Todavia, esse sopro de esperança para a democracia



acabou em 1964 com a instauração da ditadura militar, onde diversos direitos civis e políticos foram suprimidos.

Foi a partir da redemocratização com a Constituição denominada “Cidadã” de 1988 que os direitos civis, políticos e sociais foram postos carta magna da nação de forma mais harmoniosa. Toda essa oferta de direitos através de uma cidadania ampla gerou uma oferta muito maior do que demanda de então podia absorver. O cidadão brasileiro, pelo menos até o estabelecimento formal da Constituição, não possuía e nem tinha inclinações a possuir um grande lastro de sofisticação de cidadania. No entanto, como tem ficado patente, nas últimas manifestações de massa ocorridas em diversas regiões do Brasil, o que mais se ouvia era a palavra: “estamos brigando pelos nossos direitos”. Afinal, as diversas manifestações que tem ocorrido no país nesse início do século XXI têm mostrado sinais de avanço cognitivo das pessoas em relação aos seus direitos.

## 2.2 Os movimentos sociais

Três fases têm marcado as mobilizações de massa brasileira. A primeira começou a se constituir com a implantação da ditadura brasileira em 1964 e foi liderada principalmente por artistas, por lideranças políticas de oposição, mais tarde teve adesão também da Igreja. Essa fase teve início em um contexto em que o regime de exceção revogou, através dos Atos Institucionais, os direitos civis e políticos, chegando ao seu auge com os movimentos das “Diretas Já”. Portanto, ela foi gerada em um contexto no qual as garantias quanto ao direito à vida, à liberdade, à igualdade, à propriedade e principalmente em relação à segurança estavam gravemente sendo violadas. Na primeira fase, dois princípios-chaves de funcionamento da Poliarquia de Dahl (2012), participação e competição estavam varridos por completos do cenário político brasileiro de então, o que nos leva a acreditar que a luta pela mobilização tenha sido mais árdua.

A segunda fase tem como contexto um quadro bem diferente do primeiro. Já estavam reestabelecidos os direitos civis, políticos e principalmente sociais com a Constituição de 1988, mesmo assim o povo foi às ruas pedir o impeachment de Collor. A terceira fase que marca as mobilizações de massa ocorre em um ambiente onde os procedimentos democráticos estão consolidados, há eleições periódicas com sufrágio amplo, a oposição tem espaços institucionais e plenas condições de chegar ao poder, existem fontes alternativas de informação, liberdade de expressão, de associação e filiação, ou seja, os direitos civis, políticos e sociais estão assegurados *de jure*, embora nem todos possam estar representados *de facto*.

A primeira fase é marcada pelo agendamento de mudança feita de cima, com a mobilização partindo de círculos mais restritos de intelectuais e políticos, e destes para as classes mais populares. A segunda fase foi marcada pelo ainda mais forte direcionamento das massas por parte da elite política, e sua causa principal encontra-se na insensibilidade do Governo Collor de compreender a necessidade de formar uma coalizão compatível com as principais forças econômicas e políticas da época. À sua intransigência foi dada uma resposta vinda das ruas, mas pensada e formada de cima.



A novidade se encontra nesse movimento de massas que marcou o Junho de 2013 que, de saída, anunciou seu apartidarismo. Pesquisas feitas pelo IBOPE<sup>7</sup> mostraram que 89% e 83% dos manifestantes não se sentiam representados por nenhum partido ou político, respectivamente. Não somente a natureza de seus conteúdos, mas também a rápida forma de organização via rede social mostrou-se numa novidade que espantou a elite política. Castells (2013) destaca que esses novos movimentos geralmente são desencadeados por uma centelha de indignação em relação às ações dos governantes. As manifestações brasileiras de 2013 parecem ter denotado indignação por parte dos manifestantes do modo como o sistema político não tem conseguido entregar à sociedade produtos e serviços de qualidade.

Os principais anseios e demandas dessas manifestações da terceira fase, que começaram com denúncias quanto à precariedade da qualidade do transporte público frente ao seu custo, correspondem a déficits democráticos em relação à qualidade da educação, saúde, segurança e outros. O Estado brasileiro, a partir das instituições do regime democrático, não tem conseguido atender aos anseios e demandas desses cidadãos, cada vez mais empoderados, por maior qualidade nessas áreas que, diretamente, afetam suas vidas.

Tabela 1  
Ação política recente: participar de manifestações pacíficas

	TOTAL	Idade		
		Até 29	30-49	50 e mais
De modo nenhum	23,9%	7,5%	24,3%	<b>42,0%</b>
Uma vez	37,5%	<b>48,4%</b>	37,3%	25,3%
Duas vezes	22,3%	<b>24,7%</b>	<b>23,4%</b>	17,9%
Três vezes	5,2%	8,1%	1,4%	6,8%
Mais de três vezes	10,7%	11,3%	12,1%	8,0%
(n)	(237)	(78)	(90)	(68)

Fonte: World Values Survey onda 2010 - 2014 – Brasil. Grifo nosso.

A tabela 1, com dados do World Values Survey (onda de 2010 - 2014) diz respeito à questão se o entrevistado já teria feito alguma ação política *recente* que, no caso, diz respeito ao fato dele ter participado recentemente de alguma manifestação pacífica. Os dados dessa tabela também foram cruzados com a idade para tornar mais claro que faixa etária se sensibiliza e costuma aderir a manifestações bem como nessa tabela também podemos notar sua frequência. Nessa tabela podemos notar que 48,4% dos entrevistados da faixa etária de até 29 anos responderam que já participaram pelo menos uma vez recentemente de alguma manifestação pacífica. No outro extremo podemos perceber que a faixa de idade de 50 ou mais, 42% respondeu que de modo algum participaram de alguma manifestação pacífica

<sup>7</sup> Dentre os principais motivos para as manifestações estavam o transporte público (38%), desejo de mudança na política (30%) e saúde (12%). Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/89-dos-manifestantes-nao-se-sentem-representados-por-partidos.aspx>. Data de acesso: 04/01/2013.





recente. Outro aspecto importante de ressaltar é o fato de que tanto a faixa de idade até 29 anos quanto a faixa de 30 à 49 anos, 24,7% e 23,4%, respectivamente, responderam que participaram de alguma manifestação pacífica recente.

Alguns autores pós-materialistas (Inglehart 1993; Norris, 2012; Welzel, 2013) reforçam que é a mudança de valores de sobrevivência para valores de autoexpressão e emancipação humana, advindos do processo de modernização social, que pressionam pela democratização. Essa mudança nos valores se torna uma força democratizadora em países onde os regimes são autoritários e formam cidadãos mais críticos onde a democracia é consolidada.

### 2.3 A baixa confiança nas principais instituições políticas da democracia brasileira

A baixa confiança em instituições brasileiras é um fenômeno que vem se agravando nas últimas duas décadas. Catterberg e Moreno (2006) argumentam que países que fizeram a transição recente para a democracia, como é o caso brasileiro, passariam por um momento de “pós-lua de mel” com o regime. Nesses casos teriam sido geradas enormes expectativas de que o regime democrático resolveria muitos dos problemas que o anterior não conseguiu resolver, e uma vez que essas expectativas não foram atendidas, os sintomas mais recorrentes seriam a frustração e desilusão com a democracia, e a baixa confiança em suas instituições seria o reflexo desse sintoma.

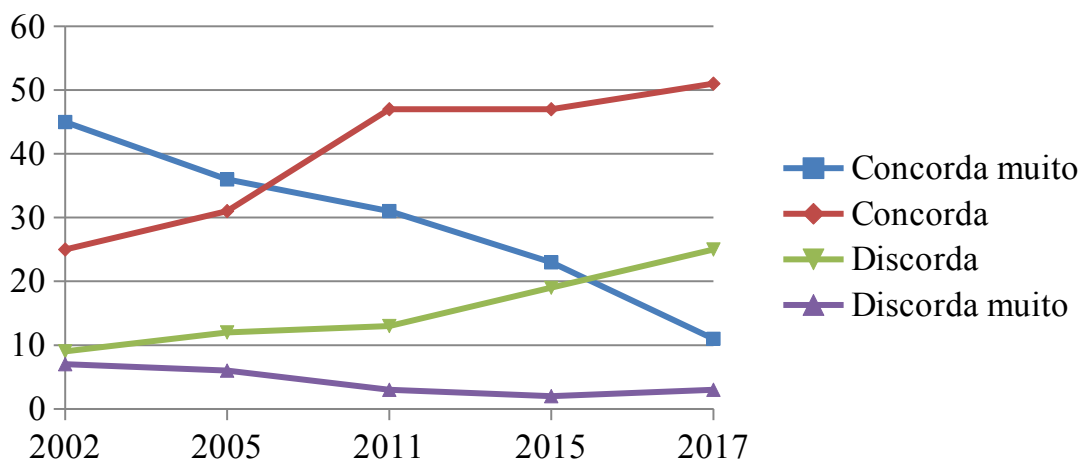
É importante ressaltar que essa explicação surgiu como alternativa a tese dos *cidadãos críticos* de Norris (1999), para nações que, segundo os autores, ainda não possuíam os requisitos necessários para se gerar cidadãos dotados de valores de autoexpressão e emancipação humana. Portanto os baixos índices de confiança em instituições políticas em países de democracia recente se explicariam pela desilusão e frustração em relação ao regime por parte dos cidadãos. Todavia, mesmo os países onde o regime democrático se estabeleceu tardiamente, não são imunes ao processo de modernização social que tem sido acelerado pelo processo de globalização. Nesse sentido, os dados das três ondas do World Values Surveys (1989-1993, 2005-2009 e 2010-2014) analisados nesse trabalho mostra uma importante evolução nos valores de emancipação humana, portanto, para uma análise mais consistente essa variável não deve ser descartada conquanto seu impacto nos baixos índices de confiança nas instituições políticas como também em relação a composição da causalidade da insatisfação com o desempenho do regime.

O cidadão brasileiro, de acordo com os dados das pesquisas, não acredita que as instituições vêm cumprindo com suas funções normativas. Os casos mais crônicos se apresentam quando analisamos duas das instituições centrais para a democracia: Partidos Políticos e Congresso Nacional. Nessa direção, os trabalhos de Moisés e Carneiro (2008) apresentaram resultados que os brasileiros, mais que nenhum outro povo latino-americano, estão dispostos a aceitar um arranjo institucional que não contemplem essas duas instituições que são centrais nos modelos de democracia liberal.

No gráfico 4, com dados do Latinobarômetro da série temporal, chegando a 2015, os Partidos Políticos e Congresso Nacional aparecem com os mais baixos índices de confiança por parte dos brasileiros chegando a apenas 10% e 18%, respectivamente. Governo Federal, Estado e a Justiça também apresentam índices não superiores a 35%. Todas estas instituições apresentam quedas consistentes e persistentes desde que a medição iniciou em 1995.



Gráfico 4  
Confiança nas Instituições Políticas



Fonte: Latinobarômetro (surveys de 1995, 2000, 2005, 2011, 2015 e 2017).

Para a construção do gráfico recodificamos algumas medidas, agrupando as opções “confia muito” e “confia”, onde os dados apresentam apenas os resultados a essas duas respostas, e expressam na coluna sua porcentagem, e nas linhas, a série temporal.

Os Brasileiros, em sua maioria, não sentem que seus interesses estão sendo representados pelos partidos políticos, acreditam que o Congresso Nacional muitas vezes legisla em causa própria, percebem o Estado e o Governo Federal como inaptos em matéria sustentar a qualidade de políticas públicas mínimas como segurança, educação e saúde, e veem a Justiça<sup>8</sup> como incapaz de assegurar equidade, universalidade e imparcialidade no acesso e tratamento das leis no país.

#### 2.4 Os valores de emancipação

Na tabela 1, exposta anteriormente, percebemos que são justamente os mais jovens os mais inclinados a participar e a apoiar manifestações pacíficas. São esses jovens que, hoje, apresentam valores mais robustos quanto à emancipação frente a diversos tipos de autoridade. Nesse sentido, instituições tradicionais sociais como a família, a religião e mesmo o Estado já não exercem mais sobre esse indivíduo uma coerção normativa. Alguns autores como Ribeiro (2011) e Moisés (2008) destacam que para o caso brasileiro ainda é prematuro trazer dados de variáveis ligadas aos valores de emancipação como fontes explicativas paralelas para a insatisfação com o regime e a desconfiança nas Instituições, em grande medida devido à

<sup>8</sup> Uma boa análise sobre a visão dos brasileiros com a Justiça está no artigo de Fabíola Brigante Del Porto “A Avaliação do Judiciário e o Acesso à Cidadania na Visão dos Brasileiros” que constitui parte do livro “A desconfiança Política e Seus Impactos na Qualidade da Democracia”, publicado por José Álvaro Moisés e Raquel Meneguello (2013).



precariedade e carência no suprimento de políticas públicas e bens básicos a vida humana, ou seja, no Brasil as pessoas de fato ainda não possuem segurança material existencial de fato.

No entanto, como destacam Inglehart e Welzel (2009) a modernização não é linear e obedece a dinâmicas muito diferentes nos mais variados países. O Brasil tem sido destacadamente um país de contrastes: ao mesmo tempo em que uma parcela significativa da população ainda vive na extrema pobreza, na última década houve um importante aumento da chamada classe média<sup>9</sup>, bem como o número de acesso às universidades<sup>10</sup> quase dobrou. A tabela 2 com dados do World Values Survey (ondas 1989-1993, 2005-2009 e 2010-2014) busca analisar a mudança nos valores de emancipação do brasileiro ao longo do tempo. Podemos perceber que na primeira onda, 22% dos brasileiros apresentavam valores de emancipação entre 0.2 e 0.3, enquanto que apenas 11% estavam entre 0.5 e 0.6. Já na terceira onda analisada, apenas 9% dos brasileiros apresentavam valores emancipatórios entre 0.2 e 0.3, enquanto que 22% já apresentavam valores de emancipação entre 0.5 e 0.6.

Tabela 2  
Valores de emancipação

	Brasil		
	1989-1993	2005-2009	2010-2014
0-0.1	-	0%	0%
0.1-0.2	13%	4%	2%
0.2-0.3	<b>22%</b>	13%	9%
0.3-0.4	<b>25%</b>	<b>24%</b>	<b>21%</b>
0.4-0.5	<b>20%</b>	<b>25%</b>	<b>28%</b>
0.5-0.6	11%	18%	<b>22%</b>
0.6-0.7	5%	11%	12%
0.7-0.8	2%	3%	4%
0.8-0.9	1%	1%	1%
0.9-1	0%	0%	0%
(n)	1,782	1,500	1,486

Fonte: World Values Survey (ondas 1989-1993, 2005-2009 e 2010-2014) para o Brasil. Grifo nosso.

<sup>9</sup> Embora exista a polêmica em torno da mudança em torno da nova classificação, o incremento da classe média saltou de 38% em 2001 para 54% em 2008, o que pode sugerir que ela tenha crescido ainda mais nos últimos anos. Os dados são da Fundação Getúlio Vargas, disponível em: [http://www.cps.fgv.br/cps/classe\\_media/](http://www.cps.fgv.br/cps/classe_media/) com acesso em 05 de janeiro de 2019.

<sup>10</sup> Entre 2004 e 2013 a proporção de pessoas da faixa etária de 25 a 34 anos com ensino superior praticamente dobrou, passando de 8,1% para 15,2%. Fonte: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/12/em-nove-anos-aumenta-escolaridade-e-acesso-ao-ensino-superior>. Com acesso em 05 de janeiro de 2019.



É uma mudança considerável que significa que o cidadão brasileiro, hoje, tem muito mais consciência de sua cidadania, estando, portanto, mais empoderado e, acreditamos, as manifestações ocorridas desde o Junho de 2013 tem denotado alguns aspectos dessa mudança. Os mais jovens são justamente os que mais têm aderido às manifestações e, igualmente, são eles mais dotados dos valores emancipatórios, pois é a geração que materialmente está mais segura.

O que parece estar claro, diz respeito à limitação que o desenvolvimento da qualidade da democracia no Brasil tem chegado. O regime democrático brasileiro está instaurado, há eleições periódicas e certa competição política, a participação do cidadão através do voto é alta, existem fontes alternativas de informação, a liberdade de expressão também tem ganhado mais corpo, principalmente com a revolução nos meios de comunicação com a ampliação do acesso à internet no país, no entanto, grande parte dos brasileiros não se sente representados pelos partidos nem pelos políticos, e muitos não estão satisfeitos com a qualidade dos serviços prestados pelo Estado como saúde, educação, segurança, e transporte público.

### 3. O déficit democrático brasileiro

Definir o conceito de qualidade da democracia não é uma tarefa simples. Neste trabalho, é bom lembrar a caracterização que a democracia sofreu ao longo do tempo, que avançou de termos minimalistas como voto livre e competição livre (SCHUMPETER, 2017), para aspectos procedimentalistas como competição, participação, direito de voto, eleições livres e idôneas, fontes alternativas de informação e liberdade de expressão (DAHL, 2012). A qualidade da democracia também é um fenômeno multidimensional, pois decorre principalmente da complexidade de envolver e avançar nas questões minimalistas e procedimentalistas da democracia para aspectos subjetivos e substantivos ligados à sua qualidade, ou seja, seu conteúdo e seus resultados, que neste trabalho é entendido como a ampliação do apoio ao sistema político brasileiro ao longo da extensão de toda a sua dimensão.

Nesse caminho, Diamond e Morlino (2017) destacaram que a qualidade da democracia pode ser analisada a partir de três diferentes ângulos: dos *procedimentos*, dos *conteúdos* e dos seus *resultados*. Quando falamos de procedimentos, nos referimos ao Estado de direito, participação e competição, *accountability* vertical e horizontal; já em relação aos conteúdos, eles estão ligados às dimensões mais substantivas como o respeito às liberdades civis e políticas, a *accountability* política, ou seja, a sensibilidade para a responsividade da elite política; quanto aos resultados estamos tratando diretamente da *accountability* social, a partir da condição da sociedade de apurar e fazer um julgamento sobre as políticas públicas, o desempenho do governo e a confiança nas instituições.

Como exposto nos dados dos gráficos anteriores, as dimensões relacionadas aos procedimentos e conteúdos não encontram críticas mais agudas, uma vez que no Brasil há eleições livres, periódicas e idôneas, com grande participação (o voto é obrigatório) e com grande potencial de contestação pública. Segundo dados da Freedom House<sup>11</sup>, o Brasil está

---

<sup>11</sup>A FreedomHouse classifica os países baseada em notas de 1 a 7, como “livres” (1>3), “parcialmente livres” (2>5) e “não livres” (5>7) tendo como base de sustentação para esse julgamento, grosso modo, duas variáveis: direitos políticos e liberdades civis. No entanto, para classificar se um país é uma democracia eleitoral



classificado como “livre”, ou seja, existe respeito aos direitos políticos e às liberdades civis. No entanto, é quanto aos seus resultados que a democracia brasileira revela sua fragilidade.

No Brasil, como já apontado e desde a redemocratização, vários aspectos dos traços estruturais do Estado e da sociedade brasileira têm sido destacados por especialistas como empecilhos ao desenvolvimento da qualidade da democracia, dentre eles: autoritarismo, clientelismo, personalismo e (neo)patrimonialismo, reflexos da herança ibérica como fatores histórico-estruturais que condicionam e restringem a participação da sociedade na vida política brasileira, por parte do Estado (FAORO, 2012; SCHWARTZMAN, 1982; BAQUERO; PRA, 2007), e significativa ausência da tendência de autogoverno com a presença de uma cultura política resignativa, baixos níveis de capital social e baixo empoderamento, por parte da sociedade (BAQUERO, 2003; SANTOS, 2013).

Alguns estudos como o de Pippa Norris (2011) e Fukuyama (2015) têm apontado para um *déficit democrático*, uma vez que a estrutura institucional em oferta em diferentes países e o seu desempenho, não vem atendendo aos anseios e demandas de sociedades onde os cidadãos possuem crescentes aspirações e conhecimento democrático e sofisticadas habilidades civis. Esse déficit, no caso brasileiro, também é consequência da peculiaridade do regime de estacionar em uma “zona cinzenta” (CAROTHERS, 2002), onde não consegue dismantelar seu regime híbrido, uma vez que suas instituições denominadas “modernas” são incapazes de ultrapassar os avanços meramente formais e eliminar práticas políticas deletérias para o desenvolvimento da qualidade democrática, ficando, assim, estacionadas em uma situação de *democracia inercial* (BAQUERO, 2013).

Para Norris (2011) há um déficit democrático quando crescentes aspirações por democracia, habilidades civis, elevados níveis cognitivos e valores de autoexpressão encontram uma ampla cobertura negativa dos meios de comunicação em relação aos governos, combinados com um fraco desempenho do Estado e das instituições democráticas em responder as expectativas do público: ocorrem então as disparidades entre a percepção do desempenho democrático com os anseios e as demandas do público. Entendendo a multidimensionalidade do fenômeno, nos apoiamos sobre os conceitos de apoio político difuso e específico de Easton (1965), e constatamos que no Brasil, tem aumentado o contraste entre a adesão à democracia (apoio difuso) e a satisfação com os seus resultados (apoio específico).

O Gráfico 2 com dados do Latinobarômetro da série temporal chegando a 2017, a afirmativa “A democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo” mostra resultados importantes que ressaltam a adesão à democracia como ideal e princípios de governo, pois 60% dos brasileiros preferem o regime democrático a outras formas de governo.

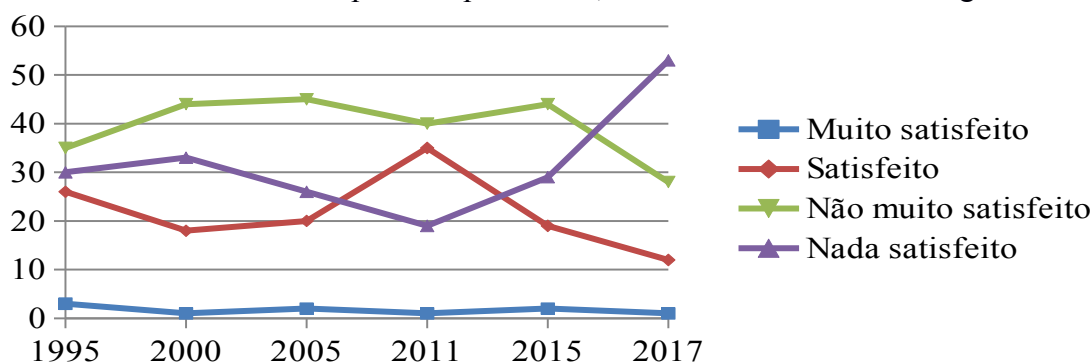
---

ela busca elementos procedimentais como voto universal, nível de competição entre as elites políticas, acesso aos meios de comunicação alternativos, etc. Em 2008 o Brasil era classificado como “parcialmente livre”, com notas entre 3 para direitos políticos e 4 para liberdades civis. Já em 2016 ele é denominado “livre”, com nota 2 para ambos os quesitos.



Gráfico 2

Gráfico 1: A democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo



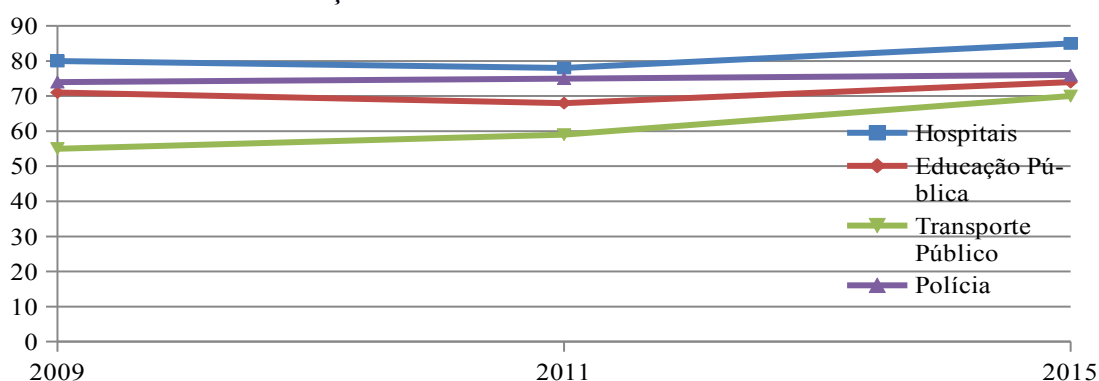
Fonte: Latinobarômetro (surveys 2002, 2005, 2011, 2015 e 2017).

O gráfico mostra a direção das respostas em relação à chamada “hipótese de Churchill”, onde os dados da coluna expressam a porcentagem e, as linhas, a série temporal. Foram ignoradas, na construção desse gráfico, duas possíveis respostas ao questionário, “não sabe” e “não responderam”, por não acarretarem em maiores implicações à análise dos dados.

Já o gráfico 3 revela aspectos ligados à satisfação quanto aos resultados do regime democrático na série temporal, chegando à 2017. Chamamos a atenção para os números que mostram que, em 2017, apenas 12% dos entrevistados responderam estarem satisfeitos com o funcionamento da democracia, enquanto que os insatisfeitos ultrapassam os 80%, com destaque para aqueles nada satisfeitos que, analisados isoladamente, saltaram de 19% em 2011 para 53% em 2017.

Gráfico 3

Satisfação com o funcionamento da democracia



Fonte: Latinobarômetro (surveys 1995, 2000, 2005, 2011, 2015 e 2017).

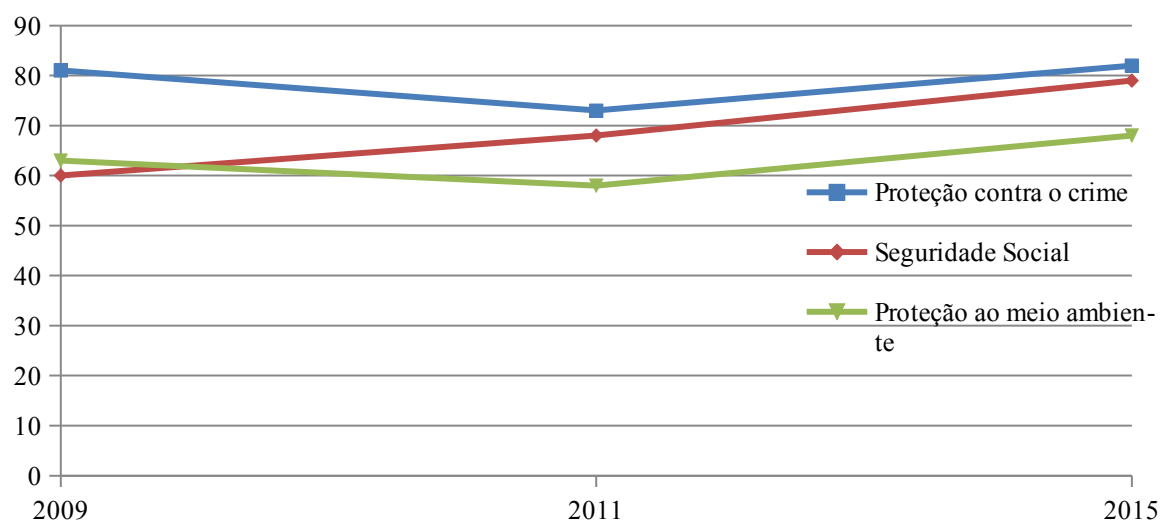
O Gráfico mostra a direção das respostas em relação à satisfação com a democracia, onde os dados da coluna expressam a porcentagem e, as linhas, a série temporal. Neste gráfico foram ignoradas duas possíveis respostas ao questionário “não sabe” e “não responderam” por não acarretarem maiores implicações à análise dos dados.



A alta taxa de adesão normativa à democracia brasileira contrasta com os baixos índices de satisfação com os resultados desse regime, ou seja, na medida em que o cidadão brasileiro está cada vez mais inclinado aos valores democráticos, que trazem consigo a ideia de igualdade, liberdade, respeito às leis, compromisso com as eleições e com o debate sobre os problemas públicos, ele também se apresenta cada vez mais insatisfeito com os resultados que esse regime tem gerado. Esses dados, portanto, não coloca em xeque a legitimidade do regime, pois 70% (gráfico 2) preferem a democracia a outras formas de governo, mas os seus resultados, pois 73% mostram-se insatisfeitos quanto ao seu produto final. Embora sendo outra dimensão que avalia o apoio político, outro índice que corrobora a insatisfação com o regime são os níveis de confiança nas instituições políticas, que tem declinado consistentemente nas últimas sondagens de diversos institutos de pesquisas.

O gráfico 4, da série temporal que vai até 2015, nos revela o aumento na insatisfação com os principais serviços públicos como educação 74%, hospitais 85% e transporte públicos 70%, além da polícia 76%, e também destaca avaliações subjetivas como as do gráfico 8, sentimento de insegurança quanto à proteção contra o crime 82%, o meio ambiente 68% e a seguridade social 79%.

Gráfico 4  
Insatisfação com os serviços públicos - dimensão objetiva



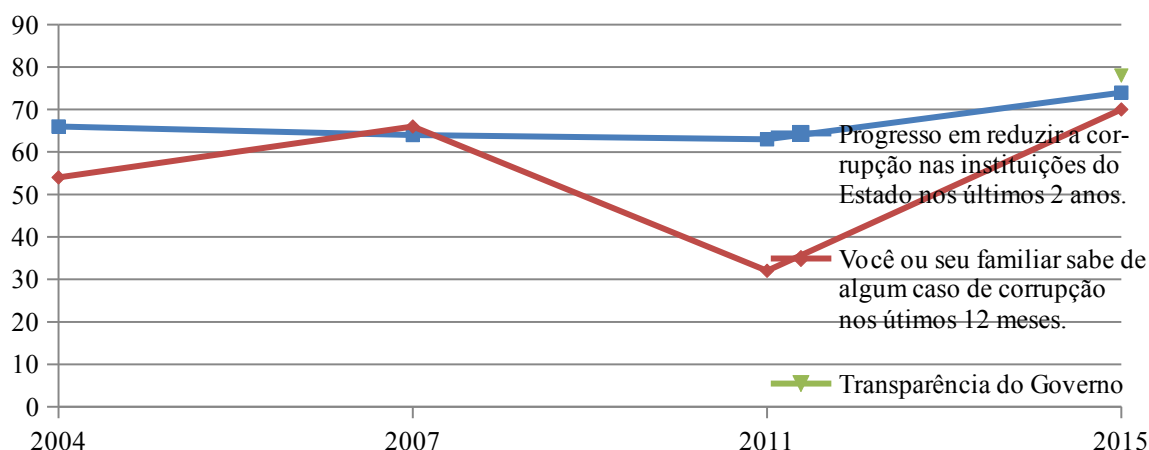
Fonte: Latinobarômetro (surveys 2009, 2011 e 2015).

O gráfico mostra a direção das respostas na dimensão objetiva em relação à insatisfação com os serviços públicos como: hospitais, educação pública, transporte público e polícia (aspectos objetivos). Nesse caso, somamos os dados dos “insatisfeitos” com “muito insatisfeitos”, criando um só vetor para cada serviço avaliado.



Gráfico 5

Insatisfação com os serviços públicos - dimensão subjetiva

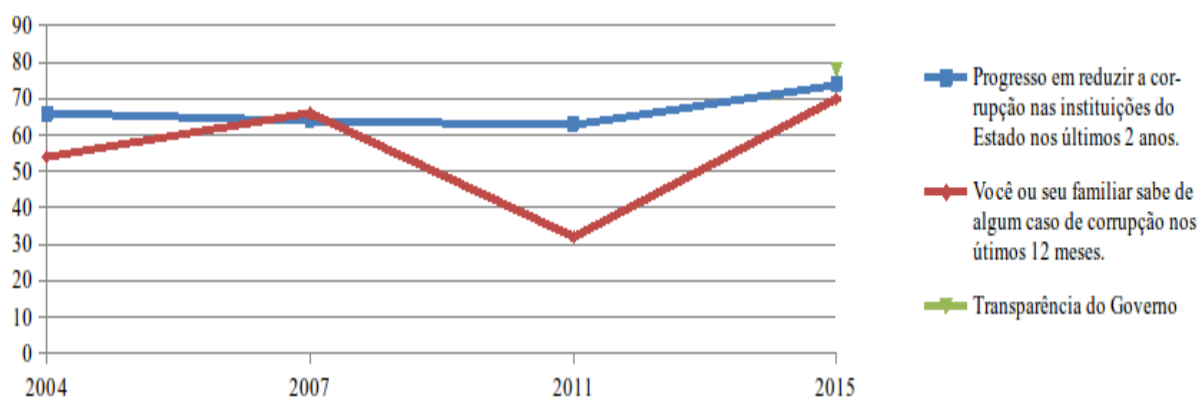


Fonte: Latinobarômetro (surveys 2009, 2011 e 2015).

O gráfico mostra a direção das respostas na dimensão subjetiva em relação ao sentimento de insegurança quanto à proteção contra o crime, meio ambiente e seguridade social. Foram somados os dados das respostas “pouco garantido” com “nada garantido”. Os dados da coluna expressam porcentagens enquanto os da linha a série temporal.

Gráfico 6

Percepção da corrupção e transparência do Governo



Fonte: Latinobarômetro (surveys 2004, 2007, 2011 e 2015).

O gráfico mostra a direção das respostas em relação à percepção da corrupção e transparência do Governo, onde os dados da coluna expressam a porcentagem e, as linhas, a série temporal. Para avaliar o progresso em reduzir a corrupção nas instituições do Estado nos últimos dois anos somamos os dados das respostas “pouco” com “nada”. Para a questão que avalia o conhecimento de casos de corrupção nos últimos doze meses usamos somente os dados dos entrevistados que responderam “sim”. Para a avaliação da transparência do Governo foram somados os dados das respostas “pouco transparente” com “nada transparente”.





O gráfico 6 nos mostra a percepção dos entrevistados com relação ao tema da corrupção. Quando perguntados se havia progresso em reduzir a corrupção nas instituições nos últimos dois anos, 74% responderam que pouco ou nada havia sido feito nesse sentido em 2015. Em relação a se o entrevistado ou algum familiar sabia de algum caso de corrupção nos últimos doze meses, 70% responderam que sim em 2015. Outra questão tratada neste gráfico é a da transparência do Governo, para os entrevistados, 78% acreditam que o Governo é “pouco” ou “nada transparente” em 2015.

#### **4. Conclusão**

O dilema de muitas democracias, tanto jovens quanto já consolidadas, tem se revelado na incapacidade desses regimes de responderem às crescentes expectativas e demandas por parte da população por qualidade de políticas públicas. Pesquisadores têm se concentrado na capacidade de resposta ou incapacidade do Estado de implementar as diversas decisões que são tomadas no campo da política. No entanto, até mesmo Estados com reconhecida capacidade de levar a cabo as decisões tomadas na esfera da política tem sido alvos de avaliações negativas quanto ao funcionamento e níveis de confiança em suas instituições. Nesse sentido, parece fazer certa diferença, Estados que, a partir de suas instituições, buscam uma aproximação e ativa cooperação de seus cidadãos para continuar programando, com êxito, suas políticas públicas.

Na medida em que demandas individuais e sociais sejam acolhidas por instituições mais responsivas, a distância entre os índices de apoio normativo ao regime e a satisfação com o seu funcionamento diminuirá. As Instituições Políticas, nesse cenário, possuem funções importantes na mediação do conflito entre Estado e sociedade, e a qualidade da democracia parece condicionada, não somente a como elas conseguem programar, de modo eficaz, a agenda política do Estado, mas principalmente, a como elas conseguem se constituir em canais deferentes de participação, onde o cidadão comum pode influir nos resultados, aumentando com isso, seu sentimento de compromisso com a comunidade.

Portando, assim é importante reforçar a capacidade de governança democrática do regime através da programação e implantação de políticas públicas orientadas, por parte das instituições, em concomitância com os valores culturais subjetivos presentes na sociedade, para que elas obtenham resultados mais eficazes em direção à prosperidade, bem estar e paz. A democracia brasileira enfrenta um aumento expressivo no paradoxo em relação a adesão à democracia e satisfação com seu regime. Os resultados desta pesquisa mostraram que serviços públicos básicos são mal avaliados e que um destes reflexos é a baixa confiança dos brasileiros em suas instituições democráticas. Em uma realidade de transformação dos valores para uma cidadania mais crítica, a pressão da sociedade em relação aos resultados de seu regime tenderá a aumentar. Certamente um desafio considerável num contexto de crise do modelo de democracia liberal pelo mundo.



## Referências

- ALMEIDA, Alberto C. **A Cabeça do brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- BAQUERO, Marcello. **Construindo uma outra sociedade**: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista Sociologia Política*, n. 21, p.83-108, nov. 2003.
- \_\_\_\_\_. **Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil**. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 2, p. 380-413, nov. 2008.
- \_\_\_\_\_. **Qual democracia para a América Latina?**: capital social e empoderamento são a resposta?. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.
- \_\_\_\_\_; PRÁ, Jussara, Reis. **A Democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- CAROTHERS, Thomas. **The end of the transition paradigm**. *Journal of Democracy*, v. 13, n. 1, p. 5-21, jan. 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania**: tipos e percursos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 338-359, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2013.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- \_\_\_\_\_. **O Poder da Comunicação**. São Paulo. Editora Paz e Terra. 2016
- CATTERBERG, G; MORENO, A. The individual bases of political trust: trends in new and established democracies. **International Journal of Public Opinion Research**, Oxford, v.18, n. 1, p. 31-48, 2006.
- DAHL, Robert A. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 2012.
- DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. **Para entender a democracia**. Curitiba: Instituto Atuação, 2017.
- EASTON, David. **A systems analysis of political life**. New York: Wiley, 1965.
- \_\_\_\_\_. **Uma teoria de análise política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do poder**: formação do patronato político. São Paulo: Globo, 2012.
- FUKUYAMA, Francis. **Confiança**: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- \_\_\_\_\_. Why democracy is performing so poorly?. **Journal of Democracy**, v. 26, n. 1, p. 11-20, jan. 2015.



HOFFMANN, F; SANTOS, Everton Rodrigo. Apoio ao sistema político brasileiro e a qualidade da democracia. **Direito e Democracia**, v. 17, n. 1, p. 64-81, jan-jun, 2016.

IBOPE. **Manifestantes não se sentem representados por partidos políticos**. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/89-dos-manifestantes-nao-se-sentem-representados-por-partidos.aspx>. Acesso em: 05 jan. 2019.

INGLEHART, Ronald. **Democratização em perspectiva global**. Opinião Pública, v. 1, n. 1, p. 09-67, jul-ago, 1993.

\_\_\_\_\_. Cultura e democracia. In: HARRISON, Lawrence E.; HUNTINGTON, Samuel P. (Orgs.). **A Cultura importa**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

\_\_\_\_\_; WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia**: e sequencia do desenvolvimento humano. São Paulo: Francis, 2009.

LATINOBARÔMETRO. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>. Acesso em: 04/01/2019.

LIPSET, Seymour Martin. **O Homem político**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARKOFF, John. **Waves of democracy**: social movements and political change. Thousand Oaks, CA: Pine Forge Press, 1996.

\_\_\_\_\_. **Democracia: transformações passadas, desafios presents e perspectivas futuras**. Sociologias, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 18-50, 2013.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Zahar: Rio de Janeiro, 1967.

MENEGUELLO, Rachel. Aspectos de desempenho democrático: estudo sobre a adesão à democracia e avaliação do regime. In: MOISÉS, José Álvaro. (Org.). **Democracia e confiança**: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. As Bases do apoio ao regime democrático no Brasil. In: MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel. (Orgs.). **A Desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

MOISÉS, José Álvaro. Democracia e desconfiança das instituições democráticas. In: MOISÉS, José Álvaro. (Org.). **Democracia e confiança**: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Democracia e confiança**: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_; CARNEIRO G. P. **Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime**: o caso do Brasil. Opinião Pública, Campinas, v. 14, n. 1, 1-42, jun. 2008.

\_\_\_\_\_; MENEGUELLO, Rachel (Orgs.). **A Desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.



NORRIS, Pippa. The Growth of critical citizens?. In: \_\_\_\_\_. (ed.). **Critical citizens: global support for democratic governance**. New York: Oxford University, 1999.

\_\_\_\_\_. **Democratic deficit**: critical citizens revisited. Spring: Cambridge University, 2011.

\_\_\_\_\_. **Making democratic governance work**: the impact of regimes on prosperity, welfare and peace. New York: Cambridge University, 2012.

OFFE, Claus. How can we our fellow citizens?. In: Warren, M. (Ed.) **Democracy and trust**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

PUTNAM, Robert D. **Making democracy work**: civic traditions in modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.

\_\_\_\_\_. **Bowling alone**: the colapse and revival of americam community. New York: Simon & Schuster, 2000.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SANTOS, Everton Rodrigo. **Democracia e desenvolvimento**: Desafios da Sociedade Gaúcha. Ijuí: Unijuí, 2013.

\_\_\_\_\_. **Poder e dominação no Brasil**: a Escola Superior de Guerra (1974-1989). Porto Alegre: Sulina; Novo Hamburgo: Feevale, 2010.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. São Paulo: UNESP, 2017.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

WEBER, Max. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo**. 2.ed. São Paulo: Pioneira; Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1981.

*Recebido em 05/01/2019  
Aprovado em 22/05/2019*